

## O setor agrário da região noroeste do Rio Grande do Sul

Jussara Mantelli\*

### Resumo

Este artigo constitui uma análise evolutiva da organização do espaço agrário da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde são enfatizados dois aspectos relevantes para o entendimento desta temática: a estrutura fundiária e a produção agropecuária. A preocupação central consiste em analisar o quadro vigente e verificar as tendências do setor agrário de uma área composta basicamente por pequenas propriedades e que desenvolvem atividades relacionadas à produção agrícola e pecuária, nem sempre condizentes com suas dimensões.

**Palavras-chaves:** Evolução agrária, produção agropecuária, estrutura fundiária.

The agricultural sector of the northwestern region of Rio Grande do Sul

### Abstract

This article constitute in a developing analysis of the agricultural area organization of the Northwestern Region of Rio Grande do Sul, where two relevant aspects are highlighted in order to understand these issue: the landed structure and breeding agricultural production. The main concern is to analyze the current situation and verify the trends of the breeding and agricultural production in an area which basically has small properties related to agricultural and breeding activities that sometimes are not according to the dimensions of the lands.

---

\* Professora do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do R.S. – UNIJUI ([mantelli@unijui.tche.br](mailto:mantelli@unijui.tche.br)).

**Key words:** Agrarian evolution, breeding and agricultural production, landed structure.

## **Introdução**

Para a análise do setor agrário regional, consideram-se relevantes algumas variáveis relacionadas à estrutura fundiária, à produção agropecuária e às características do trabalho no desenvolvimento das atividades agrícolas, na tentativa de responder as questões fundamentais para a Geografia quanto à organização do espaço agrário: onde se produz, o quê se produz, como e quem produz e para que(m).

## **A estrutura fundiária**

O embasamento da organização agrária da Região Noroeste do Rio Grande do Sul deu-se somente no final do século XIX, quando, nas áreas florestais, instalaram-se as primeiras colônias, denotando um período de ocupação posterior às outras áreas do estado e caracterizadas pelo processo migratório.

Para o estudo referente à evolução e a atual organização da estrutura fundiária na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, torna-se relevante tecer considerações sobre alguns termos usados e que merecem uma discussão apropriada. Parte-se do princípio de que, em termos conceituais, pequena, média e grande propriedade assumem uma conotação diferenciada, de acordo com as características de cada lugar, seja no que se refere aos aspectos físicos ou econômicos.

Para efeitos analíticos, considera-se para a região Noroeste do Rio Grande do Sul, em termos de área:

- (a) pequenas propriedades, com área inferior a 50 hectares;
- (b) médias propriedades, que abrangem entre 50 e 100 hectares;
- (c) grandes propriedades, com área superior a 100 hectares.

Alguns estudiosos sustentam a idéia de superioridade da grande sobre a pequena propriedade rural. Entretanto, não se ignoram as vantagens tanto de uma como de outra e não existem

dimensões ideais, podendo variar, principalmente, de acordo com a sua eficiência produtiva.

Contraopondo os escritos de Guimarães (1989), de que a grande propriedade se baseia na produção de exportação e a pequena, na produção de subsistência, a Região Noroeste do Rio Grande do Sul apresenta uma organização produtiva de caráter comercial independente das dimensões das propriedades.

Nesse sentido, concorda-se com os estudos de Veiga (1991), quando defende que o tamanho da unidade produtiva não é a questão mais relevante. A viabilidade econômica, principalmente das pequenas propriedades, mais do que a dimensão, está estreitamente relacionada à possibilidade de introduzir tecnologias que proporcionem o aumento da produtividade, a conservação da qualidade do solo e das condições naturais, a definição do(s) tipo(s) de produto(s) a ser cultivado(s).

A formação da estrutura fundiária no espaço delimitado está estreitamente vinculada ao processo de ocupação, sendo que a instalação dos imigrantes em pequenos lotes e a forte capacidade de expansão das famílias descendentes podem ser consideradas como responsáveis pelo quadro fundiário vigente<sup>1</sup>. O número de estabelecimentos existentes nesta região participa de uma forma intensa, em confronto com a parcela relativamente pequena de área, dentro do contexto estadual<sup>2</sup> o que a caracteriza como uma área típica de pequenas propriedades, ao contrário do restante do

---

<sup>1</sup> As propriedades foram subdividindo-se ao longo do tempo em virtude das partilhas por herança, em que um pedaço de terra constituía-se no único bem disponível para passar aos filhos. Como complemento, as técnicas de preparação do solo, cultivo e colheita, resultantes da experiência, eram transmitidas de uma para outra geração, que lentamente foram aperfeiçoando-se e tornando o trabalho menos penoso (BRUM, 1988).

<sup>2</sup> Tomando como parâmetro o ano de 1995, a região Noroeste ocupa apenas 5,21% do total da área dos estabelecimentos no Estado, mas tem a participação de 13,31% no número de estabelecimentos. Esta proporção mantém-se praticamente constante ao longo do período analisado.

Estado que se destaca, principalmente na porção sul, pela existência de grandes propriedades, dedicadas às pastagens e às lavouras de caráter comercial (Ver tabela 1).

**Tabela 1:** Estrutura Fundiária (número e área dos estabelecimentos) da Região Noroeste do RS - 1970/1995.

Anos Classes (ha)	1970		1980		1985		1995	
	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área
> de 10	30258	140975	25453	126778	28975	141475	22983	119128
10-20	24987	337333	21777	296953	21735	295556	19053	260900
20-50	14253	389823	12931	365893	12209	347604	12022	328710
50-100	1551	99845	2045	133819	1994	130673	2103	138318
< de 100	775	244800	1071	298772	998	285514	1034	296028
<b>TOTAL</b>	<b>71824</b>	<b>1212776</b>	<b>63277</b>	<b>1222215</b>	<b>65911</b>	<b>1200822</b>	<b>57195</b>	<b>1143084</b>
RS	511650	23807181	474660	24057602	496579	23821689	429804	21826652

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários do RS.

Referente à estruturação agrária, a Região Noroeste caracteriza-se, segundo os dados sistematizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentados na tabela 2, por apresentar uma predominância de estabelecimentos (aproximadamente 95%) com menos de 50 hectares.

**Tabela 2:** Estrutura Fundiária (% de estabelecimentos e das suas respectivas áreas) da Região Noroeste do RS - 1970/1995.

Anos Classes (ha)	1970		1980		1985		1995	
	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área	Estab	Área
> de 10	42,13	11,62	40,22	10,37	43,81	11,78	40,18	10,42
10-20	34,79	27,81	34,41	24,30	32,98	24,61	33,31	22,82
20-50	19,84	32,14	20,43	29,94	18,57	28,95	21,02	28,76
50-100	2,16	8,23	3,23	10,95	3,14	10,88	3,68	12,10
< de 100	1,08	20,18	1,69	24,53	1,71	23,78	1,81	25,90

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários do RS.

Merece destaque, igualmente, a informação de que os estabelecimentos com menos de 10 hectares participam de forma significativa na região, ou seja, em média 41% dos estabelecimentos estão neste intervalo de classe, ocupando 11% do total da superfície regional<sup>3</sup>.

A presença das consideradas grandes propriedades, com área superior a 100 hectares, se faz de forma inexpressiva, se considerado o número de estabelecimentos (em média 1,6% do total dos estabelecimentos). Entretanto, ocupam 23,60% da área dos estabelecimentos regionais e adquirem uma significativa importância no sentido de explicar as desigualdades sociais presentes.

A partir da década de sessenta e, com maior intensidade, na década de setenta, começam a ocorrer mudanças nas tendências do desenvolvimento agrícola, resultantes de vários fatores, como condições favoráveis no mercado internacional e aumento na demanda interna, forçando, de certa forma, um incremento na produção agrícola, superior às possibilidades de crescimento, através da simples expansão da área cultivada. Os agricultores ocuparam as fronteiras agrícolas restantes do Estado, transformando, em pouco tempo, o que restou das florestas, em lavouras.

Em termos regionais, o comportamento da estrutura fundiária, ao longo do período 70-95, direciona-se a uma diminuição no número de estabelecimentos com menos de 50 hectares e a um aumento no número de estabelecimentos com mais de 50 hectares de área.

Na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, a adaptação da estrutura fundiária ao contexto em transformação trouxe uma união de propriedades. A sua junção foi acarretada pela desigualdade de condições dos proprietários em incorporar melhorias técnicas que, em determinado momento, se tornam imprescindíveis. Fatores

---

<sup>3</sup> Com tais dimensões, essas propriedades podem ser consideradas “minifúndios”, uma vez que são inferiores ao módulo rural regional (15 hectares) e, em consequência, demasiadamente pequenas para uma família ter perspectiva de prosperar na atividade agrícola.

como o menor ou maior acesso às instituições financeiras, possibilidades de transferência de recursos disponíveis em outros ramos de negócios, etc. são elementos decisivos na determinação da sobrevivência e expansão ou da venda das propriedades.

Pode-se concluir que vem ocorrendo um processo de ampliação no tamanho das propriedades rurais, através da junção das pequenas, com as médias e as grandes propriedades, dada pela compra da terra dos produtores com menos área ao seu dispor e com menos condições de manter-se no setor agrário.

Há uma tendência em direção à concentração de terras na Região Noroeste. Nos dois primeiros estratos de área analisados (menos de 20 hectares e de 20 a 50 hectares), ocorre uma diminuição no número de estabelecimentos em quase todos os municípios que compõem a região. Nos estratos de área maiores (50 a 100 hectares e mais de 100 hectares), há um aumento do número de estabelecimentos e conseqüente aumento da área, na grande maioria das unidades político-administrativas.

Essas considerações podem ser mais bem entendidas se observarmos a evolução do Índice de Gini<sup>4</sup> que, para o período analisado, encontra-se na classificação de média a forte e com tendência a uma concentração cada vez mais intensa. Os resultados apresentados abaixo correspondem aos seguintes valores para os períodos de:

1970 .....	0,501
1980 .....	0,517
1985 .....	0,527
1995 .....	0,531

---

<sup>4</sup> O Índice de Gini assume valores entre ZERO (há uma igualdade na distribuição das terras) e UM (há uma desigualdade total na distribuição das terras, ou seja, a concentração é absoluta). Com base nessas considerações Câmara (1949) propôs uma escala para definir o grau de concentração da propriedade da terra com relação aos valores do Índice de Gini: 0,001 - 0,100 - nula; 0,100 - 0,250 - nula a fraca; 0,251 - 0,500 - fraca a média; 0,501 - 0,700 - média a forte; 0,701 - 0,900 - forte a muito forte; 0,901 - 1,000 - muito forte a absoluta.

O propósito de aumentar as exportações teve conseqüências evidentes na reorganização do espaço agrário regional, pois, ao promover, em especial o cultivo da soja, reestruturou a produção agrícola, invadindo, inclusive, as áreas de policultura de produtos alimentares, que tiveram sua produção comprometida, aonde vinham cumprindo a função de suprir a subsistência familiar e abastecer os centros urbanos, pressupondo que existe uma tendência para os estabelecimentos menores e de formas produtivas mais tradicionais serem responsáveis pela produção alimentar.

Com a expansão da produção agrícola, a disponibilidade de terras de boa qualidade e baixo custo para a agricultura reduziu-se de forma considerável. E a ausência de terras disponíveis, na região, para as quais pudesse extravasar a pequena produção, conduziu a deslocamentos, às vezes a longa distância, de grande número de colonos, principalmente para terras situadas nos estados de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia e, num segundo momento, para a Argentina e o Paraguai.

Portanto, a reprodução das pequenas propriedades rurais deu-se pela incorporação de terras florestais até esgotarem todas as reservas e, posteriormente, pela emigração para outros estados do país ou para outros países.

A tendência do desenvolvimento das forças produtivas e a expansão, também generalizada, de um modelo mais empresarial de organização da produção agrícola fizeram parte da população abandonar não só a sua terra, como também o setor agrário, em detrimento de uma parcela de agricultores que permanecem e se desenvolvem, em maior ou menor grau, na agricultura.

### **A produção agropecuária**

Em fins do século XIX e início do século XX, a agricultura da Região Noroeste recebeu um significativo impulso, passando a ocupar uma posição relevante na economia do Rio Grande do Sul. Uma das forças propulsoras foi a construção/ampliação da rede ferroviária, facilitando o acesso aos mercados agrícolas de

destaque no Sul do Brasil. Portanto, a agricultura desenvolvida nos núcleos coloniais vinculava-se à demanda do mercado de alimentos do país.

Associado a este aspecto, a existência de áreas agricultáveis devolutas, ou passíveis de serem adquiridas, trouxe à região um contingente elevado de agricultores estrangeiros e, principalmente, provenientes de áreas agrícolas antigas do Estado (ocupadas por imigrantes europeus no século XIX).

Portanto, o aumento populacional, condicionado pela pressão demográfica sobre as primeiras áreas de colonização - “colônias velhas” - e o maior acesso aos mercados, possibilitou a transformação de áreas de floresta em áreas agricultáveis, ocasionando uma expansão da produção agrícola regional, que até então vivia em dificuldades quanto à circulação de mercadorias e dinamização econômica.

De acordo com estudos realizados por Tambara (1985), até 1940 os produtos mais significativos, em termos econômicos, nas áreas coloniais, eram o milho e a criação suína, consorciados. Estes, produzidos com técnicas relativamente rudimentares, dificultavam qualquer possibilidade de aumento de produtividade.

Na década de 40, em nível estadual, viabilizou-se a implantação de um sistema de produção, para substituir o anterior e permitir uma recuperação econômica do setor primário, que passava por um período de crise. Um dos fatos mais importantes percebidos foi a consolidação do binômio trigo-soja, a partir de 1960, em substituição ao sistema de policultura até então dominante. O novo sistema associou-se ao surgimento de uma forma produtiva gerada com a introdução de técnicas e métodos capitalistas de produção e comercialização.

No setor agrário do Noroeste gaúcho, iniciativas modernizantes foram introduzidas somente na década de sessenta e, com maior intensidade, na década de setenta, quando as áreas de antigas florestas já estavam transformadas em áreas de agricultura produtiva.

O crescimento da produção, gerado pelo setor agrícola, deu-se pela incorporação de recursos ao processo produtivo. Em um primeiro momento, este crescimento foi possível pelo uso intensivo do fator terra, resultado da incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Com o esgotamento da fronteira agrícola, a utilização dos demais fatores de produção - capital, principalmente - é intensificada, de forma a manter a trajetória ascendente da produção. Conforme a visão apresentada por Mattuella (1991), a busca de um volume maior de produção, basicamente pela ampliação da fronteira agrícola, pode ser considerada como a primeira etapa direcionada ao desenvolvimento do setor primário regional.

Esgotada essa possibilidade, a seqüência é o aumento da produtividade por unidade de área, podendo esse ser considerado como a segunda fase do processo do desenvolvimento agrícola. Deve-se destacar que essa dicotomia de fases não significa uma ordem cronológica de fatos, mas, simplesmente, uma forma de se traçar um paralelo entre etapas de um processo de desenvolvimento. Desse modo, não fica descartada a possibilidade de que a busca por uma produtividade maior deva necessariamente ocorrer após ter-se esgotado a ampliação da fronteira agrícola e nem que as duas fases não possam acontecer simultaneamente.

As técnicas de produção mais avançadas são altamente dependentes de insumos modernos, produzidos fora do setor agrícola, o que torna bastante dispendiosa a sua introdução na agricultura. O comportamento da produção agrícola regional permite avaliar que os maiores ganhos em produtividade estão relacionados aos produtos que assumem um caráter comercial.

Os dados da tabela 3 revelam que as lavouras temporárias (cuja expressão maior dá-se pela produção de trigo e soja) dominam o espaço agropecuário na Região Noroeste do Rio Grande do Sul durante todo o período e com tendência maior de expansão até 1980, em detrimento de uma diminuição da área destinada às lavouras permanentes, às pastagens e às matas nativas.

As lavouras temporárias, de modo especial as de trigo e soja, desenvolveram-se atendendo ao mercado interno e externo, receberam os incentivos agrícolas, o que facilitou e acelerou o processo de adoção de técnicas mais avançadas. O cultivo de produtos voltados ao suprimento das necessidades alimentares da população ou a manutenção de animais ficou no plano secundário.

**Tabela 3:** Utilização das Terras na Região Noroeste do RS 1970/1995.

USOS	Anos	1970	1980	1985	1995
Lavouras Permanentes		1,99	0,94	1,10	1,15
Lavouras Temporárias		65,86	77,43	74,68	74,29
Pastagens		16,28	11,60	15,42	14,18
Matas Nativas		15,87	10,03	8,87	10,38

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários do RS.

Os produtos agrícolas, como o trigo, em um primeiro momento, e a soja, mais tarde, representaram a introdução e a progressiva consolidação de uma nova forma de produção agrícola nesta porção do Estado, em novas bases e com novos processos produtivos, mais estreitamente integrada às políticas estatais.

A produção de trigo foi a principal responsável pela integração da agricultura no Rio Grande do Sul. Esta cultura passou por períodos de significativo desenvolvimento, desapareceu durante a segunda metade do século XIX e ressurgiu com a intensificação da imigração italiana. A partir da década de quarenta, a produção de trigo iniciou uma alteração na sua estrutura produtiva, deixando de ser cultivado exclusivamente nas colônias, com avanços sobre outras áreas do Estado, ocupadas primeiramente por campos de produção pecuária.

O crescimento da triticultura apoiou-se na importância desta cultura no contexto nacional, pois até o início da década de cinquenta as necessidades de consumo do trigo eram, em grande parte, atendidas pela oferta externa. Este procedimento era necessário por tratar-se de um produto cuja produção nacional era

insuficiente e por ser de suma importância na alimentação da população. A adoção de medidas governamentais ampliou a oferta nacional do produto, obtendo, assim, maior autonomia em relação ao mercado externo. As políticas de crédito e de valorização do trigo contribuíram para o aumento da sua produção.

A soja, desde a Primeira Guerra Mundial, com maior expressão a partir da década de quarenta, passou a ser introduzida e cultivada em regiões de pequena propriedade, com inexpressiva participação em termos de agricultura estadual. De uma lavoura insignificante, o desempenho da soja foi crescendo, lentamente, até atingir uma posição secundária no final da década de cinquenta e primeira metade dos anos sessenta. A década de setenta é a fase da grande expansão da cultura da soja, produto que ampliou e consolidou o processo de modernização da agricultura, deixando em um plano secundário a cultura do trigo, que até então era o produto de maior expressão na região.

O comportamento dinâmico e modificador da estrutura produtiva da agricultura regional aparece basicamente no início da década de setenta. A cultura da soja valeu-se da infra-estrutura de produção e comercialização do trigo. Além de usar a mesma terra, em rotação sazonal de culturas, utiliza intensamente os recursos produtivos, e diminui a ociosidade das máquinas que permanecem disponíveis em boa parte do ano, nas áreas de pequenas propriedades.

Como a produção de soja está relacionada à produção tritícola no que se refere às bases técnicas de produção, foi por seu intermédio que se deu o maior avanço no sentido da integração da estrutura produtiva com as agroindústrias e as políticas estatais.

A pouca expressividade em nível estadual da produção comercial de trigo e soja na região Noroeste do Estado<sup>5</sup>, não se

---

<sup>5</sup> A soja teve uma participação crescente na região durante todo o período 70-95, embora sua participação em nível estadual tenha apresentado uma queda significativa. De 31%, em 1970, passou a representar 24% do total da produção estadual, em 1995. Quanto ao trigo, mesmo que a produção regional tenha apresentado um decréscimo pós-80, a participação produtiva no contexto estadual aumentou em todo o período, pois a queda da produção estadual se fez em proporções maiores que na Região Noroeste.

deve apenas ao fato de que o modelo extensivo de crescimento da agricultura atingiu determinados limites, mas, sobretudo, às próprias bases de produção “minifundiárias”, que impõem restrições ao seu crescimento. A reduzida extensão de terra configura-se num dos fatores restritivos, inclusive à utilização mais intensa de técnicas modernas, que visam um aumento da produtividade agrícola.

Em áreas de pequenas propriedades, como é o caso da Região Noroeste, apesar de a agricultura classificar-se como uma policultura encarregada de cultivar vários produtos destinados ao consumo, na verdade sempre esteve encabeçada por um ou mais produtos de maior valor comercial. Esses produtos variam conforme as condições de produção, sua valorização e a maneira como se integram no mercado.

À medida que a estrutura produtiva passa a ser dominada, em moldes mais avançados, pela produção de trigo e soja, em um primeiro momento, e milho e soja, mais tarde, estes passam a ser praticamente dominantes na região. Com isso, os pequenos proprietários “minifundistas” têm sua importância, não apenas na produção de alimentos básicos, mas também na produção de matérias-primas industriais de origem agrícola e de exportação, onde empregam tecnologia em suas terras, às vezes alugada dos detentores das máquinas e equipamentos agrícolas, o que torna mais onerosa a produção.

Apesar de a pequena produção ser responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das cidades e do próprio meio rural, de acordo com Coradini (1982, p.33), “como decorrência de uma integração mais estreita da produção agrícola à agroindústria e às políticas estatais, há uma progressiva ampliação e/ou transferência espacial dos produtos agrícolas com valor comercial e uma progressiva eliminação da produção para auto-subsistência”.

Isso se deve, em parte, porque alguns produtos, como feijão, mandioca e outros voltados à alimentação, enfrentam desvantagem em relação principalmente à soja, que se destina ao mercado externo e resulta em maiores compensações monetárias para os

produtores rurais. Diante desta situação, forma-se um produtor especializado na produção e ocorre uma reestruturação na organização do espaço agrário adaptada às novas condições da produção.

A introdução do padrão tecnológico chamado “moderno”, no Rio Grande do Sul, remonta às transformações ocorridas na agricultura gaúcha a partir de meados deste século. Durante a década de cinqüenta, a agricultura gaúcha encontrava-se estagnada: a fronteira agrícola havia sido totalmente ocupada, forçando muitos agricultores a migrar para outros estados brasileiros, seguindo uma direção sul-norte. As culturas agrícolas mais desenvolvidas, como o arroz e o trigo, sofreram problemas de competitividade com a oferta externa e os incrementos de produtividade não eram compensados pelos preços de vendas do produto. A suinocultura, principal produto comercial dos agricultores das regiões de colonização mais recente (como a Região Noroeste e toda a porção Norte do Estado), também perdia seu dinamismo em função da substituição da banha por óleos vegetais e pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros. Soma-se a isto a existência de estímulos externos favoráveis à rápida difusão da soja em praticamente todas as áreas agrícolas do Rio Grande do Sul, o que intensificou o processo seletivo de permanência e desenvolvimento agrícola.

O “fenômeno soja”, como ficou conhecido, modificou a estrutura produtiva e social da agricultura do Estado, e os produtores de soja da Região Noroeste, que resistiram na produção, tornaram-se o que Abramovay (1992) chamou de “agricultores profissionais”<sup>6</sup>.

As diferentes fases do processo de modernização na Região Noroeste do Rio Grande do Sul podem ser percebidas, mediante o estudo do comportamento dos dois produtos de maior relevância regional: a soja e o trigo, considerando que:

---

<sup>6</sup> Os que permaneceram na região e se integraram ao padrão produtivo dominante: o agroindustrial

- 1- Até o início da década de setenta, a produção concentrava-se na lavoura de trigo, tendo a soja como lavoura secundária;
- 2- Na década de setenta, o trigo passou a ser uma cultura em declínio e a soja ocupou a posição dominante;
- 3- Na década de oitenta, apesar de dominar o espaço agrário regional, apresenta uma tendência à diversificação de culturas, associada aos riscos enfrentados pelo agricultor, ao manter-se apenas no binômio soja - trigo;
- 4- Nos anos noventa, ocorre uma tendência de inserção de novos produtos até então de inexpressiva importância regional.

O final da década de sessenta e início da década de setenta são marcados por transformações significativas na organização do setor agropecuário regional, principalmente no que se refere à composição das culturas e às formas de produzi-las. As características predominantes da atividade agrária calcavam-se no cultivo de vários produtos, com destaque aos de caráter alimentar.

A expansão da cultura da soja, vinculada a uma demanda - por grãos e farelos - do mercado mundial (Europa, principalmente), no final dos anos sessenta, trouxe novas características à organização da produção agrícola de maneira geral e, em particular, no Noroeste do Rio Grande do Sul.

Uma das conseqüências mais acentuadas foi a redução na produção de alimentos, pois à medida que o governo passou a privilegiar produtos como a soja, outros, destinados ao consumo alimentar da população, passaram a ser desprezados, não somente pelos agricultores detentores das maiores propriedades, mas, também, pelos caracterizados como pequenos agricultores familiares, na tentativa de tornar a sua unidade mais rentável. A redução da produção alimentar se fez sentir, principalmente, pela redução da área cultivada com mandioca (58%), feijão (48%) e milho (32%).

Situação oposta deu-se com as culturas de caráter comercial, privilegiando as de soja e trigo, salientando que a área destinada à produção de soja teve um incremento expressivo de 52% e a de

trigo, um aumento de 21%. O comportamento dos vários períodos pode ser mais bem verificado na tabela 4:

As transformações agrárias ligadas ao impulso exportador tiveram seu ápice justamente no período 70-80, cujo aumento da produtividade agrícola, em especial da soja, foi a resposta da introdução de inovações tecnológicas na agricultura (MÜLLER, 1989).

**Tabela 4:** Variação da produção agrícola na Região Noroeste do RS - 1970/1995.

Períodos Produtos	70-80	80-85	85-95	Total 70-95
Feijão	-48%	10	-41%	-79%
Mandioca	-58%	-3%	-1%	-62%
Milho	-32%	-19%	-4%	-55%
Soja	52%	-0,7%	-25%	26%
Trigo	21%	-22%	-52%	-53%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários do RS.

Considerando que o processo de modernização da agricultura ocorreu de forma mais enfática a partir do início da década de setenta, pode-se afirmar que a cultura de destaque foi a soja, contrariando um indicativo de que o binômio da cultura trigo-soja impulsionou este processo.

A análise do comportamento evolutivo das lavouras de soja e trigo no período 70-80 permite considerar que a primeira se expande para todos os municípios da região e o trigo, apesar de ter um aumento na área regional, se dá, principalmente, nos municípios onde se concentram as menores propriedades. Com isso, pode-se afirmar que o binômio trigo-soja deu-se de forma mais acentuada nas pequenas propriedades e, nas de maiores dimensões, a monocultura da soja foi mais forte.

Atentando para a produção agrícola regional, é possível verificar fases distintas no processo de modernização agrária, de acordo com a importância da produção em âmbito regional. Ao

associar-se o processo de modernização das atividades agrárias com a produção desenvolvida podem-se destacar dois momentos distintos: um, de ênfase na lavoura de trigo e outro, na lavoura de soja. Através da produção de trigo, começam, no final dos anos sessenta e início da década de setenta, a ser implantadas mudanças nas formas de cultivo e nas relações sociais de produção, com repercussões em todos os aspectos econômicos e sociais de âmbito mais geral.

O ingresso do pequeno produtor no processo de modernização da agricultura, ligada à produção de trigo, deu-se, em maior grau, pelos incentivos e garantias oficiais atribuídas a esta cultura, que se constituía como alimentação básica para a população. A substituição da policultura, até então desenvolvida, pela monocultura do trigo, com um reforço da soja (em expansão), era uma alternativa bastante promissora.

O fácil acesso ao crédito permitiu a aquisição de máquinas e insumos agrícolas. Neste contexto, acontece o ingresso dos produtores rurais, independentemente do tamanho do estabelecimento, na produção modernizada e totalmente integrada no mercado. Esta mudança deu-se de forma extremamente rápida e teve sua consolidação na década de setenta.

Um dos aspectos mais significativos é a passagem da produção alimentar para uma produção geradora de lucro, o que acarretou mudanças em toda a organização produtiva e do espaço agrário. Esta tendência acentua-se na década de setenta, quando a soja expande sua área em grandes proporções, praticamente eliminando outras culturas de caráter alimentar, quais sejam, a mandioca, o feijão e o milho.

O comportamento evolutivo e a distribuição espacial dos principais produtos da pecuária regional permitem concluir que a produção suína coincide com as áreas de domínio da pequena propriedade, exceção feita aos maiores produtores, que se especializaram nesta criação voltada para o mercado.

Até a década de setenta, a produção suína era praticada de forma rudimentar, com o objetivo de fornecer carne e derivados para subsistência familiar. A implantação de várias indústrias de

processamento (frigoríficos) incentivou o melhoramento da criação, que passou a ser orientada com base em uma tecnologia mais avançada e dirigida para a produção comercial.

As transformações ocorridas ao longo do período analisado, referente à quantidade do rebanho, estão relacionadas, em maior ou menor grau, com a oscilação dos preços no mercado. Em termos regionais, houve uma diminuição da produção durante o período 70-95, com ênfase na queda verificada no segmento de tempo entre 80-85, em que a participação cai de 18% para 7,5%. Ainda assim, caracteriza-se por ser uma das mais importantes áreas de produção suína do Estado.

Um comportamento inverso é apresentado pela produção de aves na Região Noroeste. O aumento mais expressivo ocorre no período 80-85, passando de 6% para 13% do total da produção estadual. Salienta-se que o crescimento em nível regional deu-se em proporções superiores em relação ao do Estado.

Ao lado da criação de aves, em moldes tradicionais de produção - galinhas comuns, criadas à solta - destinadas ao consumo familiar, sob a forma de carne e ovos, encontra-se a especialização da avicultura. O aumento da produção - e a mudança na forma de produzir - deu-se pela importância que a carne de frango passou a ter na dieta alimentar da população. O aumento da criação foi proporcional à dependência e subordinação da produção a um setor não-agrícola.

O processo produtivo é estabelecido pelo setor externo à atividade agrícola (empresas, indústrias,...), que determinam as tarefas, a quantidade e, principalmente, o ritmo da produção. A avicultura é realizada em condições artificiais, devido ao seu elevado controle biológico, e o trabalhador rural, dedicado a esta criação, tende a seguir as prescrições externas, sob pena de produzir resultados econômicos insatisfatórios. O ritmo de trabalho do produtor é intenso e está relacionado aos níveis de produtividade, que são a condição de sua sobrevivência econômica.

Ao lado da produção de aves e suínos, assume uma importância relativamente inferior a atividade pastoril, que

representa em média 4% do total do Rio Grande do Sul, durante o período 70-95. O domínio estadual da pecuária bovina concentra-se nas grandes propriedades, localizadas na porção sul do estado, cuja produção dá-se em caráter extensivo e com emprego reduzido de mão-de-obra.

Nas áreas de pequena propriedade, a criação bovina representa uma atividade secundária, fato atribuído principalmente à carência de áreas destinadas às pastagens. Sua função relaciona-se à produção de leite e derivados para o consumo familiar - com eventual excedente comercializável - e à utilização para os trabalhos agrícolas, principalmente em áreas, cujas características físico-naturais - topografia acidentada - não permitem o uso de máquinas no processo produtivo. Os maiores rebanhos de gado encontram-se nas propriedades de maiores dimensões, coincidindo com a produção em caráter comercial.

### **Referências bibliográficas**

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão: de camponeses a agricultores**. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC, 1992.

BRUM, A, J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

CÂMARA, J. "Concentração da Propriedade Agrária no Brasil". **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro 7 (77): 516-528, 1949.

CARRION JR, F.M. **RS: Política Econômica e Alternativas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CORADINI, O.L. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DACANAL, J.H. (org). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Censos Agropecuários do Rio Grande do Sul – 1970, 1980, 1985, 1995.** Rio de Janeiro: IBGE.

MARTINE, G. e GARCIA, R.C. **Os impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MATTUELLA, J.L. “Formação de capital e nível tecnológico em duas regiões da agricultura gaúcha”. **Ensaio FEE**, 12 (2): Porto Alegre, 1991.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec / Educ, 1989.

PEBAYLE, R. “Geografia Rural das Colônias do Alto Uruguai (RS)”\_ **Boletim Geográfica do RS.** Porto Alegre, ano 16, número 14: 12-19, 1971.

PESAVENTO, S.J. **RS: Agropecuária Colonial e Industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, vol. I e II, 1969.

RÜCKERT, A. **A Trajetória da Terra: ocupação e colonização do Centro-Norte do RS- 1927-1931.** Passo Fundo: Editora da UPF, 1997.

TAMBARA, E. **RS; Modernização e Crise na Agricultura.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VEIGA, J.E. **O Desenvolvimento Agrícola.** São Paulo: Hucitec, 1991.

Recebido em outubro de 2005

Aceito em fevereiro de 2006